



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MATHEUS SANTOS DE MESQUITA

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE
SANTARÉM: 50 ANOS DE LUTA E REPRESENTATIVIDADE NO
CAMPO**



MATHEUS SANTOS DE MESQUITA

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE
SANTARÉM: 50 ANOS DE LUTA E REPRESENTATIVIDADE NO
CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento
Regional da Universidade Federal do Oeste do
Pará (UFOPA), como requisito para obtenção do
grau de Bacharel.

Orientadora: Profa. Ma. Elen Cristina da Silva
Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- M582s Mesquita, Matheus Santos de
 Sindicato dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares de Santarém: 50 anos de luta e representatividade no campo. / Matheus Santos de Mesquita. - Santarém, 2025.
 44 p.
 Inclui bibliografias.
- Orientadora: Elen Cristina da Silva Pessoa.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
1. Sindicalismo rural. 2. Agricultura familiar. 3. STTR Santarém. 4. Amazônia. 5. Reforma agrária. I. Pessoa, Elen Cristina da Silva, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 331.88098115



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No 30 dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às 16 horas, realizou-se a Defesa Pública na sala 327, no campus Tapajós, da Monografia do acadêmico(a) **Matheus Santos de Mesquita** (matrícula: 2019003708), intitulada SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SANTARÉM: 50 ANOS DE LUTA E REPRESENTATIVIDADE NO CAMPO, sob orientação da Profa. MsC. Elen Cristina da Silva Pessoa que compôs a banca examinadora com as professoras doutoras Ana Beatriz Oliveira Reis e Márcia Janete da Cunha Costa. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do discente e atribuiu o tempo de vinte a vinte e cinco minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se as considerações e arguição da banca e as respostas do discente. Posteriormente, a comissão reuniu-se para deliberar e apresentou o parecer final com a nota 8,0 (oito), atribuindo vinte dias corridos para que o(a) discente entregue a versão final corrigida na biblioteca. Nada mais havendo a tratar, eu, Profa. Elen Cristina da Silva Pessoa, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.

Profa. MsC. Elen Cristina da Silva Pessoa – Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br ELEN CRISTINA DA SILVA PESSOA
Data: 01/08/2025 15:47:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Beatriz Oliveira Reis – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA BEATRIZ OLIVEIRA REIS
Data: 01/08/2025 15:55:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Márcia Janete da Cunha Costa – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCIA JANETE DA CUNHA COSTA
Data: 03/08/2025 11:13:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Matheus Santos de Mesquita – Discente

Documento assinado digitalmente
gov.br MATHEUS SANTOS DE MESQUITA
Data: 06/08/2025 09:29:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso é fruto de uma trajetória coletiva. Cada pessoa que esteve ao meu lado contribuiu de forma única e essencial para que esta etapa fosse possível. A todas e todos, meu sincero agradecimento.

Agradeço, com amor e respeito, aos meus pais, Elias Silva de Mesquita e Mara Jovana Damasceno dos Santos, por me ensinarem a importância da dignidade, da perseverança e da humildade. Obrigado por todo o apoio e confiança ao longo da vida. Aos meus irmãos, pela presença constante e pelos incentivos que me motivaram nos momentos mais difíceis.

À Ellen Gabrielle Ileno de Sousa, por ser meu porto seguro, por cada palavra de apoio, carinho e paciência durante todo o processo.

Aos meus amigos, Carlos Souza, Rodrigo Figueira, Lucas Andrade, Kerlysson Gomes, Vinicius Repolho e Camila Moreira e à Família Moreira, minha família do coração, por todo o acolhimento, generosidade e companheirismo. Ter vocês ao meu lado fez toda a diferença.

À minha orientadora, Professora Elen Cristina Pessoa, agradeço imensamente pela dedicação, orientação sensível e olhar crítico que ajudaram a moldar este trabalho. Sua confiança e apoio foram fundamentais para meu crescimento acadêmico e pessoal.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), pelos seus 50 anos de lutas e conquistas que inspiraram esta pesquisa. Meu agradecimento especial à atual presidenta Ivete Bastos, pela receptividade e colaboração, e ao ex- presidente Edivaldo Matos, o Seu Peixe, cuja história de luta é exemplo de resistência e compromisso social.

À Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), por ser espaço de formação, reflexão crítica e construção coletiva do conhecimento. Sinto orgulho em fazer parte desta instituição.

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram com palavras, escutas, gestos e incentivos ao longo desta jornada: meu muito obrigado.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso compreende a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), no Pará, ao longo de seus cinquenta anos de existência, destacando seu papel na defesa da agricultura familiar e na luta por direitos sociais no campo amazônico. O estudo contextualiza a fundação do sindicato em 1971, durante o regime militar, sua transição de uma estrutura assistencialista para uma organização autônoma e combativa, alinhada aos princípios do novo sindicalismo. Com base em pesquisa qualitativa, que incluiu revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com lideranças sindicais, a pesquisa evidencia como o STTR enfrentou desafios históricos como a grilagem de terras, a repressão estatal, a expansão do agronegócio e a marginalização do campesinato. Os resultados mostram que a entidade foi decisiva na criação de assentamentos, reservas extrativistas e políticas públicas voltadas à agricultura familiar. As entrevistas revelam a capacidade do sindicato de se reinventar diante das transformações políticas e econômicas, incorporando o uso de tecnologias, ampliando alianças e promovendo a formação de novas lideranças. Mesmo diante da perda de protagonismo institucional e das pressões do capital sobre os territórios rurais, o STTR mantém-se como uma organização essencial na defesa da terra, da agroecologia e da dignidade no campo. Conclui-se que sua história reflete não apenas a luta por direitos, mas também a resistência ativa das populações rurais da Amazônia frente às desigualdades estruturais e às ameaças contemporâneas.

Palavras-Chave: Sindicalismo rural. Agricultura familiar. STTR Santarém. Amazônia. Reforma agrária.

ABSTRACT

This undergraduate thesis comprehends the trajectory of the Rural Workers' Union of Santarém (STTR), in the state of Pará, over its fifty years of existence, highlighting its role in defending family farming and the struggle for social rights in the Amazon countryside. The study contextualizes the union's foundation in 1971 during Brazil's military regime, and its transition from an assistance-based structure to an autonomous and combative organization aligned with the principles of the new unionism. Based on qualitative research, including bibliographic review, document analysis, and semi-structured interviews with union leaders, the study reveals how STTR has faced historical challenges such as land grabbing, state repression, agribusiness expansion, and peasant marginalization. The results demonstrate that the union played a key role in the creation of settlements, extractive reserves, and public policies directed at family farming. The interviews highlight the union's ability to adapt to political and economic changes by incorporating digital tools, expanding alliances, and promoting new leadership training. Despite institutional setbacks and growing pressures from capital on rural territories, the STTR remains an essential organization in the defense of land, agroecology, and dignity in rural areas. The study concludes that its history reflects not only a struggle for rights but also the active resistance of Amazonian rural communities in the face of structural inequalities and contemporary threats.

Key words: Rural unionism. Family farming. STTR Santarém. Amazon. Agrarian reform.

LISTA DE SIGLAS

CFR - Código Florestal Brasileiro

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EMN - Empresa Multinacional

ENTOES - Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Atual Estrutura
Sindical

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB - Partido Comunista Brasileiro PCB

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCdoB PIC - Projeto Integrado de Colonização

PIN - Programa de Integração Nacional

PPS - Partido Popular Socialista

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT - Partido dos Trabalhadores

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TRAMOESTE - Sistema de Transmissão do Oeste do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	11
3. A HISTÓRIA DO SINDICALISMO NO BRASIL.....	13
4. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SANTARÉM	18
5. A ATUAÇÃO DO STTR DE SANTARÉM NOS PERÍODOS RECENTES	31
6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

A estrutura de propriedade de terras na Amazônia é caracterizada por uma forte concentração, onde poucas pessoas possuíam grandes áreas desde a época da colonização portuguesa. Essa situação tem levado a conflitos constantes entre as comunidades tradicionais e as grandes propriedades rurais, especialmente na região de Santarém, refletindo uma luta histórica por direitos e reconhecimento. (Costa Júnior, 2022).

A disputa por terras na Amazônia ilustra a desigualdade na distribuição de poder e recursos, evidenciando uma luta incessante das comunidades locais pela proteção de seus direitos territoriais e pela preservação de seus modos de vida. Nesse contexto, as políticas de incentivo frequentemente favorecem grandes grupos econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, resultando em um impacto significativo na dinâmica fundiária da região. (Loureiro; Pinto, 1995).

Durante as décadas de 1970 e 1980, terras públicas, habitadas por colonos, ribeirinhos, indígenas e caboclos, foram vendidas em grandes lotes a novos investidores, que frequentemente ampliavam de forma fraudulenta suas propriedades, para além dos limites comprados. Desde os anos 1960, práticas de grilagem se tornaram comuns, incluindo a venda repetida de uma mesma propriedade, a falsificação de documentos de posse e a expansão ilegal de territórios (Loureiro; Pinto, 1995).

Terras públicas foram incorporadas a propriedades privadas, incluindo áreas indígenas e de reservas de preservação ambiental. Essas terras foram comercializadas como mercadorias, sem agregar seu passado histórico e sua legitimidade como território demarcado. Pequenos lotes destinados à reforma agrária viraram grandes fazendas de gado, enquanto, mais recentemente, terras públicas começaram a ser vendidas online, com documentos forjados, reduzindo o solo do país a apenas mais um produto (Matos, 2018).

Os conflitos sociais no campo brasileiro possuem marcas enraizadas na violência, que se apresenta como uma constante na história do país. Desde o início da ocupação, os povos indígenas sofreram um etnocídio que perdura há mais de 500 anos. Cada árvore derrubada e rio desviado representam a tentativa de invisibilização de uma cultura diversa e rica que sobrevive com muito pesar (Oliveira, 2016).

A inserção da Amazônia no modelo capitalista ocorreu de maneira gradual, marcada pela exploração de recursos naturais e pela inserção da região no mercado

internacional, especialmente durante o ciclo da borracha (1879-1912). Esse período trouxe prosperidade econômica momentânea, mas intensificou a exploração de populações, seja do Nordeste, como da própria região, refletindo as desigualdades típicas do capitalismo periférico (Dean, 1989).

Com o fim do ciclo da borracha, o modelo capitalista se consolidou por meio de políticas estatais de ocupação, principalmente durante a ditadura militar, com grandes obras de infraestrutura e incentivos à agropecuária, em especial à pecuária, exploração madeireira e a mineração. Isso resultou em privatização de terras públicas, deslocamento de populações e avanço da degradação ambiental (Almeida, 2012).

Nesse contexto, a implementação do Novo Sindicalismo no Brasil emergiu como uma resposta às demandas por uma atuação sindical mais autônoma e engajada na defesa dos interesses dos trabalhadores, marcado pela ruptura do modelo tradicional presente no país, em meados de 1980. Suas características são autonomia em relação ao Estado, democracia interna, ação direta e vínculo forte com movimentos sociais, deixando firme seu impacto e um legado a ser seguido (Leão, 2024).

Nesse cenário, o surgimento do então Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), na década de 1970 representou um ponto de referência na busca por uma melhor qualidade de vida dos trabalhadores rurais e pela promoção da implementação da reforma agrária na região de Santarém, no estado do Pará. É relevante destacar que o cenário político da época, caracterizado pelo regime militar no Brasil, impunha severas restrições à atuação das organizações sociais, o que demandava uma abordagem sindicalista mais combativa e independente do Estado (Coletti, 2017).

O STTR de Santarém, desde sua fundação, buscou atuar como um agente de transformação social, buscando alternativas para defender e promover os direitos dos trabalhadores rurais da região. Nesses seus 50 anos de existência, passou por diversas transformações, refletindo as transformações sociais, políticas e econômicas do Brasil. Porém, a sua gênese continua sendo a defesa dos direitos trabalhistas, a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento da agricultura familiar. (Leão, 2024).

A relevância deste estudo reside na necessidade de entender o papel, a função das entidades sindicais rurais na Amazônia como meios de resistência e batalha por direitos, no caso aqui estudado, o então STTR de Santarém, atualmente com seu

nome modificado. Diante de um contexto social, econômico e político, com ações que dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar, bem como a representação coletiva, o retorno a essa trajetória ajuda a ponderar sobre as direções e os obstáculos que ainda se apresentam às organizações sindicais rurais de base.

Logo, o estudo apresenta a seguinte questão problema: como o STTR de Santarém tem lidado com os desafios trazidos pelas transformações sociais, políticas e econômicas nas últimas décadas, mantendo-se como importante representante dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Santarém?

A partir desse contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar a trajetória do STTR de Santarém, nos seus cinquenta anos de existência. A trajetória do sindicato se entrelaça com a própria história do sindicalismo no Brasil e, especialmente, na região amazônica, marcada por conflitos agrários, desigualdade social e resistência camponesa. Entre os objetivos específicos, destacam-se compreender a atuação do STTR a partir do contexto histórico mais amplo do sindicalismo rural, considerando as especificidades da Amazônia, e identificar os fatores que motivaram a emergência de entidades representativas nas zonas de tensão fundiária.

Neste sentido, torna-se fundamental revisitar o processo de criação do STTR de Santarém, observando os sujeitos sociais envolvidos, os desafios enfrentados em sua consolidação e o papel assumido pela entidade na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A análise também se estende às transformações institucionais ocorridas a partir da segunda metade da década de 1990, período em que o sindicato passou a enfrentar novas demandas organizacionais, políticas e econômicas, exigindo adaptações em sua estrutura interna e em suas estratégias de atuação diante das mudanças no mundo do trabalho.

Portanto, este trabalho está estruturado em seis seções principais: a Seção 1 – Introdução, que apresenta o contexto histórico, o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa do estudo; a Seção 2 – Procedimentos Metodológicos, que descreve os métodos de pesquisa utilizados; as Seções 3, 4 e 5, que compõem os capítulos principais do estudo — discutindo, respectivamente, o histórico do sindicalismo no Brasil e na Amazônia; a formação do STTR de Santarém; e sua atuação nos períodos recentes; e, por fim, as Considerações Finais, que apresentam os principais resultados, reflexões e contribuições da pesquisa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho utiliza uma metodologia que mescla revisão bibliográfica com pesquisa descritiva e qualitativa, visando proporcionar uma compreensão detalhada das lutas e conquistas do sindicato de Santarém ao longo de cinquenta anos. Esta pesquisa não só traça a história da entidade, mas também descreve os obstáculos e desafios encontrados em um contexto político e econômico em constante mudança.

Ao analisar as mudanças e estratégias implementadas pelo STTR ao longo dos anos, destacando a relevância do sindicalismo rural na Amazônia e enfatizando a necessidade de reavaliar suas formas de atuação para que o sindicato possa continuar desempenhando seu papel como agente de transformação social e protetor dos direitos dos trabalhadores rurais.

Trabalhou-se com a pesquisa bibliográfica, considerada uma técnica essencial para auxiliar na revisão da literatura, permitindo um entendimento mais aprofundado dos aspectos teóricos que servirão de base para a análise do tema e do objeto de estudo e pesquisa documental caracterizada como um método investigativo que busca analisar e esclarecer um problema com base em informações, dados e eventos históricos registrados em documentos (Reis, 2012).

Na pesquisa bibliográfica, foram utilizados livros disponíveis na biblioteca da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), bem como obras acadêmicas voltadas para temas econômicos e sociais que podem ser acessadas online, como desenvolvimento rural, políticas públicas e sindicalismo. Dissertações de graduação e especialização, cartilhas, revistas e documentos de sites institucionais também foram objeto de análise. Já na pesquisa documental, utilizou-se o principal objeto de análise da pesquisa, que inclui registros históricos do STTR. O estudo de caso é uma abordagem de pesquisa empírica que envolve a seleção de um objeto de estudo, podendo este ser um fato ou um fenômeno (Reis, 2012).

A presente pesquisa utilizou a entrevista semiestruturada como principal instrumento de coleta de dados. É uma técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, por permitir ao entrevistador certa flexibilidade na condução da conversa, mesmo seguindo um roteiro de perguntas previamente elaborado. O formato de entrevista permite ao pesquisador investigar como os participantes atribuem significado às próprias experiências, possibilitando a elaboração de narrativas mais detalhadas e contextualizadas. A interação direta com os envolvidos também favorece a obtenção de informações mais ricas, subjetivas e profundas, ampliando a

compreensão das dinâmicas sociais relacionadas ao objeto de estudo (Gauzi, 2021).

Foram realizadas duas entrevistas: A primeira entrevista foi realizada com o ex-presidente do STTR, no dia 27 de junho de 2025, e a segunda com a atual presidente da entidade e militante histórica da luta sindical no campo, no dia 18 de junho de 2025.

Ambos os entrevistados possuem trajetória significativa na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e contribuíram com informações relevantes sobre os 50 anos de atuação do STTR Santarém. Ambos os entrevistados possuem trajetória significativa na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e contribuíram com informações relevantes sobre os 50 anos de atuação do STTR Santarém.

Assim, este trabalho destaca a relevância do sindicalismo rural na Amazônia, bem como do STTR de Santarém, pois trata-se de um agente de transformação e defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. A jornada do STTR é marcada por desafios, conquistas e a constante busca por melhores condições de vida no campo (Gerhardt & Silveira, 2009; Reis, 2012).

3. A HISTÓRIA DO SINDICALISMO NO BRASIL

No século XIX, com a consolidação do capitalismo industrial na Europa, os trabalhadores enfrentavam condições de extrema exploração, marcadas por longas jornadas e baixos salários. A doutrina liberal limitava a intervenção estatal nas relações econômicas, favorecendo o capital, mas agravando a miséria da classe operária. Diante desse cenário, surgiram os sindicatos como forma de resistência e reivindicação por melhores condições de trabalho, forçando o Estado a intervir e regulamentar as relações entre capital e trabalho. Esse processo deu origem à legislação social-trabalhista e à consolidação do chamado Estado social, um modelo de organização estatal no qual o governo assume a responsabilidade de garantir direitos mínimos à população, como educação, saúde, previdência e proteção trabalhista, buscando equilibrar as desigualdades geradas pelo capitalismo (Coletti, 2017).

O Brasil também foi influenciado por esse contexto global de luta por direitos e organização coletiva, no qual o movimento sindical começou a se desenvolver no século XIX, impulsionado por reivindicações semelhantes por melhores condições de vida e trabalho. A organização dos trabalhadores no Brasil teve seus primeiros passos com a greve da Imperial Associação Tipográfica, em 1858, no Rio de Janeiro, o que é reconhecido como a iniciação do movimento sindical no país. A declaração da Constituição, em 1891, garantiu a liberdade de associação, permitindo, em 1906, a criação da Confederação Operária Brasileira, que uniu cerca de 50 entidades. Em 1907, o Decreto-lei nº 1.637, estendeu o direito de sindicalização a todas as categorias profissionais, marcando a politização do sindicalismo. Em 1917, uma greve no Cotonifício Crespi, em São Paulo, exigiu um adicional de 25% e a redução das horas de trabalho noturno, estabelecendo o primeiro contrato coletivo no Brasil, apesar de os acordos não terem sido cumpridos (Cura, Cruz & Lima, 2017).

Em 1930, o movimento sindical no Brasil encerra um ciclo de resistência e inicia uma fase de controle estatal com a ascensão de Getúlio Vargas ao Governo Provisório. Em 11 de novembro, Vargas assume e, em 26 de novembro, cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nomeando Lindolfo Collor para liderá-lo. O Decreto nº 19.770, emitido em 19 de março de 1931, marca o início da intervenção do governo na vida sindical, que culmina com a promulgação da Carta Constitucional em 10 de novembro de 1937 e a integração à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Esse decreto impunha condições rigorosas para as entidades

sindicais, exigindo reconhecimento do Ministério do Trabalho e limitando a liberdade de expressão ao proibir propaganda de ideologias externas aos objetivos trabalhistas. A Constituição de 1934 trouxe esperanças ao estabelecer a autonomia dos sindicatos, mas essa liberdade era restringida pela exigência de reunir um terço dos trabalhadores da mesma profissão (Pinto, 1990).

A Constituição de 1934 foi rapidamente revogada pelo golpe de 1937, que instituiu uma nova Carta Constitucional, inspirada na Carta Del Lavoro de Mussolini, consolidando o controle estatal sobre o movimento sindical e obscurecendo as promessas de liberdade e pluralidade. A história do sindicalismo brasileiro, assim, se revela como uma luta contínua entre o desejo de autonomia e a intervenção do Estado (Pinto, 1990).

Durante o governo Vargas, no período do Estado Novo (1937–1945), houve restrições ao direito de livre organização sindical por meio do controle exercido pelo Ministério do Trabalho. Em 1943, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que antecipou diversos direitos aos trabalhadores urbanos, embora tenha sofrido alterações posteriores. Já em 1946, no governo de Dutra, foi instituído o Decreto-Lei nº 9.070, que restringia o direito de greve com um tratamento rigoroso. No entanto, no mesmo ano, com a promulgação da Constituição de 1946, o direito de greve passou a ser formalmente reconhecido em seu artigo 155. Esse contexto evidencia as contradições legais da época e mostra que a trajetória do movimento sindical brasileiro tem sido marcada por uma luta contínua por melhores condições de vida e trabalho (Cura, Cruz & Lima, 2017).

A história do sindicalismo no Brasil tem início antes mesmo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. O Decreto nº 979 de 1903 autorizou a formação de sindicatos por trabalhadores rurais, e o Decreto nº 1.637 de 1907 estendeu esse direito aos trabalhadores urbanos. Apesar da existência de uma liberdade sindical formal, na prática, os sindicatos enfrentaram forte repressão estatal. No início do século XX, especialmente durante as presidências da Primeira República (1889–1930), como as de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Washington Luís, o crescimento dos movimentos operários urbanos – influenciados por ideais anarquistas e socialistas trazidos por imigrantes europeus – passou a ser visto com desconfiança pelas elites políticas e econômicas. Os principais grupos empresariais da época, ligados à indústria nascente e ao setor cafeeiro exportador, temiam a instabilidade social e o avanço de ideias revolucionárias. Esse receio, intensificado pelo temor do

bolchevismo após a Revolução Russa de 1917, resultou em uma repressão intensa entre 1903 e 1930, com prisões, torturas e deportações de líderes sindicais estrangeiros, o que dificultou o pleno desenvolvimento do sindicalismo no país (Pinto, 1990).

As mudanças no âmbito do trabalho estavam diretamente relacionadas à estrutura social, onde a associação entre trabalho e capital assume papel central. Nas décadas de 1960 a 1970, foi intensificada a necessidade de reprodução do capital por conta das crises econômicas, sociais e políticas que emergiram nesse período, impulsionadas pela tendência de queda na taxa de lucros. O capital, em sua busca incessante por expansão, avançava sobre o trabalho, ampliando a exploração de forma desenfreada, desregulamentado contratos, comprimindo melhorias e posicionando o Estado como seu principal defensor. Ao mesmo tempo, a força de trabalho era pressionada, enquanto a repressão ao movimento sindical se tornava um mecanismo constante de controle (Mészáros, 2002).

Analisar o sindicalismo no Brasil requer uma compreensão das particularidades de seu desenvolvimento capitalista, marcadas pela dependência e pela aliança de sua burguesia com o imperialismo. Além disso, é necessário considerar o legado do regime escravagista, a regulamentação tardia das relações de trabalho e as lutas que emergiram nos anos 1980 com o surgimento do "novo sindicalismo". As transformações atuais, por sua vez, revelam uma tendência de precarização que se expande e afeta grandes contingentes da classe trabalhadora, à medida que o cenário global e nacional continua a evoluir de forma imprevisível e muitas vezes adversária (Ribeiro, 2019).

No que se refere às relações sociais e de trabalho nas zonas rurais, essas relações passaram por profundas transformações a partir da década de 1960, principalmente em decorrência das mudanças estruturais provocadas pela Revolução Verde no Brasil. A introdução de tecnologias modernas, como insumos químicos, mecanização agrícola e novas técnicas de cultivo, promoveu uma reorganização produtiva no campo, diminuindo a demanda por mão de obra e enfraquecendo os vínculos tradicionais com a terra. Além disso, políticas públicas voltadas à modernização — como o crédito rural, os subsídios e os incentivos à exportação — impulsionaram esse processo, contribuindo para o êxodo rural e o aumento da desigualdade no meio agrícola (Rogrigues e Ladosky, 2015).

Já nas décadas seguintes, especialmente nos anos 1970 e 1980, os sindicatos rurais

começaram a emergir e ganhar força, sendo obrigados a adotar estratégias mais flexíveis diante das novas dinâmicas do campo. Nos anos 1990, com o avanço da globalização e a maior integração dos mercados agrícolas ao comércio internacional, os desafios se intensificaram. Nesse contexto, as entidades sindicais passaram a reestruturar suas formas de atuação, adotando práticas de negociação mais complexas e buscando se adaptar às transformações econômicas e sociais, inclusive no espaço rural (Rodrigues, 1997).

Nesse sentido, as análises de Teones França (2013) sobre o novo sindicalismo no Brasil trazem contribuições valiosas. O Novo Sindicalismo surgiu como reação ao modelo sindical tradicional controlado pelo Estado durante o regime militar, caracterizando-se pela autonomia, democracia interna e forte vínculo com os trabalhadores. Teorias como as de Marx e Engels, em sua obra conjunta "Manifesto Comunista", que enfatizam as contradições do sistema capitalista e a luta de classes, fornecem percepções importantes para entender essa dinâmica. Eles ainda delinearam uma teoria que destaca as divisões fundamentais na sociedade entre a classe trabalhadora (proletariado) e a classe dominante (burguesia) (Marx, 2017).

No Brasil, as mobilizações da classe trabalhadora no final dos anos 1980 foram cruciais para a incorporação dos direitos sociais na Constituição de 1988, nesse âmbito, junto à estagflação e à crise da dívida externa, levou como classes dominantes a rearticular suas alianças, promovendo uma reestruturação produtiva que incorporou a microeletrônica e o Toyotismo¹ (Castelo, 2012).

Essa rearticulação culminou em uma explosão neoconservadora materializada nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso, por meio de 1 políticas sociais-liberais. O social-liberalismo, resposta conservadora às crises neoliberais expressas no Consenso de Washington, buscava mitigar os efeitos mais graves da "questão social" sem alterar os pilares do capitalismo mercantil (Castelo, 2012).

As entidades sindicais desempenham um papel essencial nas negociações coletivas, funcionando como um escudo protetor para os trabalhadores. Eles garantem não apenas a preservação dos direitos já conquistados, mas também a possibilidade de obter novas conquistas. A legislação trabalhista, em diversos benefícios, atua como um meio de extensão de direitos, que inicialmente estava restrita a algumas categorias, para todos os assalariados. Um exemplo disso é o 13º salário, que começou como um "abono natalício" em 1962 e, atualmente, é um direito assegurado

a todos. A Constituição de 1988 também foi um ponto de partida crucial, ao estabelecer direitos como a redução da jornada de trabalho, a ampliação da licença-maternidade para 120 dias, a criação da licença paternidade de cinco dias e a inclusão do adicional de 1/3 sobre a remuneração das férias (Dieese, 2017).

Nesse cenário, a Constituição de 1988 fortaleceu o papel dos sindicatos nas negociações ao reconhecer a importância dos acordos coletivos e das convenções de trabalho (Inciso XXVI). Embora esses mecanismos já estivessem presentes desde a década de 1940, sua relevância cresceu a partir do final dos anos 1970, impulsionada pela retomada das greves e pelo fortalecimento das negociações diretas entre sindicatos e trabalhadores, mesmo sob o regime militar. A atuação sindical é essencial, pois, anualmente, milhões de trabalhadores têm seus direitos e condições de trabalho revisados por meio de negociações que, apesar de desafiadoras, são garantidas (Dieese, 2017).

¹ Toyotismo é um modelo de organização do trabalho desenvolvido no Japão pela montadora Toyota, caracterizado pela produção enxuta, flexível, sob demanda (just-in-time), com foco na multifuncionalidade do trabalhador e na eliminação de desperdícios. Esse modelo ganhou força global durante as reestruturações produtivas nas décadas de 1980 e 1990, sendo também associado a formas de controle subjetivo no ambiente de trabalho. Para aprofundamento, ver: ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

4. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SANTARÉM

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) foi fundado em 1971 e reconhecido oficialmente em 1973. Inicialmente com atuação assistencialista, o sindicato passou por uma reorganização a partir de 1974, quando novas lideranças passaram a mobilizar a base para uma atuação mais política e combativa. Em 1980, com a eleição de uma diretoria alinhada ao novo sindicalismo, o STTR intensificou sua luta por reforma agrária, políticas para a agricultura familiar e inclusão de mulheres na organização (Santarém, 2023).

A figura do lavrador santareno é profundamente marcada pela exclusão social. Historicamente, muitos desses trabalhadores foram expulsos de suas terras de origem, como no Ceará, Paraná e Maranhão, sendo constantemente marginalizados mesmo após exercerem funções essenciais, como a de escravos, seringueiros e soldados da borracha. Apesar de seu trabalho árduo, os frutos de seus esforços foram frequentemente apropriados por comerciantes e pelas elites locais, enquanto eles permaneciam à margem, privados da chance de usufruir dos próprios resultados (Bouchard, 1997).

A vida do pequeno produtor rural é atravessada por desafios contínuos. Com ferramentas rudimentares e contando principalmente com a força de trabalho da família, ele enfrenta adversidades que vão além das intempéries climáticas. Um dos maiores obstáculos é a venda da produção a preços irrisórios, enquanto os intermediários retêm a maior parte dos lucros. Essa lógica de exploração perpetua um ciclo vicioso que sufoca o desenvolvimento e corrói a dignidade do trabalhador, cuja rotina é marcada pela tristeza, frustração e luta diária por sobrevivência (Bouchard, 1997).

A presença dos bancos no meio rural, em vez de oferecer suporte, acaba por agravar a situação. O capital, que deveria funcionar como motor de desenvolvimento, se transforma em armadilha. Muitos colonos são forçados a vender suas colheitas para quitar dívidas, sem conseguir reservar sequer o necessário para sustentar suas famílias. Nesse contexto, revela-se uma dura ironia: aqueles que buscavam liberdade e autonomia veem-se aprisionados por um sistema capitalista que impede qualquer forma de ruptura real (Bouchard, 1997).

Embora uma parcela reduzida consiga ascender à condição de pequena classe média rural, a grande maioria dos camponeses permanece aprisionada a uma

estrutura desigual que limita suas possibilidades. Apesar do esforço constante, os frutos de seu trabalho continuam escassos, enquanto a engrenagem do capitalismo segue girando, alimentada pela força e pelo suor dos que mais lutam por dignidade (Bouchard, 1997).

A ocupação de Santarém é marcada pela diversidade do campesinato, influenciada pela geografia local. Localizado na foz do rio Tapajós, o município, com uma área de 26.058 km², é delineado pelas várzeas dos rios Amazonas, Tapajós, Arapiuns e Curuá-Una. Antes da colonização, uma região era habitada por povos indígenas, cujas marcas estão evidenciadas nas "terras pretas"². A chegada de Pedro Teixeira, entre 1637 e 1638, impulsionou a economia colonial, com a colheita das "drogas do sertão" dependendo da escravidão indígena e africana (Fernandes, Medeiros & Paulilo, 2009).

No século XX, sob o domínio do capitalismo, a cidade de Santarém se consolidou como um polo regional, refletindo o processo de urbanização que adentrava a floresta. Terras antes cobertas por vastos ecossistemas foram gradualmente substituídas por vias pavimentadas, edifícios e infraestrutura, uma metamorfose que reconfigurou tanto o espaço quanto a essência do território. Entretanto, sob essa dinâmica de expansão, as marcas originais da cidade, ligadas a um modo de vida harmônico com a natureza, não se apagaram por completo (Cardoso, 2019).

No século XVIII, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão incentivou a instalação de fazendas na várzea, trazendo escravos africanos. No entanto, a decadência desse sistema no século XIX levou à formação de quilombos. A Cabanagem, em 1835, uniu sertanejos e fazendeiros contra os conservadores, mas foi violentamente sufocada (Fernandes, Medeiros & Paulilo, 2009). Durante a metade do século XIX, a descoberta dos seringais do Tapajós aumentou a exploração da borracha, enquanto a produção agrícola na várzea se consolidava com a imigração japonesa (Reis, 1979).

A imigração japonesa para a Amazônia teve início apenas no século XX, com a fundação da Colônia Agrícola de Tome-Açu, no Estado do Pará. A chegada dos primeiros imigrantes representou o marco inaugural da colonização organizada por japoneses na região Norte do Brasil. Como explica Homma et al. (2007, p. 25):

² FERNANDES, Bernardo Mançano; DE MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas

A chegada dessa primeira leva dos desbravadores foi o início da imigração na Colônia Acará da Nantaku, ou seja, o primeiro marco da imigração organizada pelos japoneses na região amazônica, que tem um simbolismo semelhante à chegada do Kasato-Maru no porto de Santos, em 1908. Por essa razão, foi decidido pelo pessoal da primeira leva que essa data de 22 de setembro seria o Dia Comemorativo da Imigração Japonesa na Amazônia, embora as obras de construção da colônia tenham sido iniciadas em abril de 1929.

E segundo Fernandes, De Medeiros & Paulilo (2009, p.247):

Boa parte da rarefeita população rural lançou-se à exploração dos seringais. Passado o primeiro surto da borracha, os varzeiros, habitantes das várzeas do Amazonas, e os moradores de beira-rio, ocupando a “terra firme”, passaram a cumprir a importante função de abastecer a população voltada para o extrativismo exportador. Na virada do século XX, começava a se configurar a ocupação dos rios e da várzea como conhecemos até os anos 70. Produziam-se mandioca, feijão, melancia, jerimum, pescado, gado e, a partir dos anos 30, juta, iniciada com a imigração japonesa.

A partir da década de 1960, o governo militar passou a enxergar a Amazônia como um “vazio demográfico” e “vazio econômico”, o que motivou a formulação de políticas para sua integração ao restante do país (Silva; Ravena, 2015). Nesse contexto, foram criadas instituições como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e o Banco da Amazônia, visando fomentar o crescimento regional e na década de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) (Mahar, 1978) lançado pelo governo do general Médici, propunha resolver a questão do “homem sem terra do Nordeste e a terra sem homens da Amazônia”, por meio da migração e do assentamento de famílias nordestinas e trabalhadores rurais em áreas da floresta ((Magalhães, 2008, p. 63).

Nos anos de 1963 e 1964, com o Estatuto do Trabalhador Rural e a criação da Superintendência para a Reforma Agrária (Supra), as condições de trabalho e a sindicalização rural foram sistematizadas, alinhando-se à lógica capitalista. Nesse período, sindicatos rurais surgiram em maior escala, financiados por partidos políticos e movimentos sociais. Porém, o golpe militar de 1964 interrompeu esse avanço, com intervenções governamentais em diversos sindicatos. Enquanto a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) manteve sua diretoria, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) sofreu intervenção e teve seus líderes afastados. Segundo Erickson (1979), os governos ditatoriais intensificaram a dependência dos sindicatos ao Estado, aplicando as leis trabalhistas para manter controle sobre os trabalhadores e direcionar recursos à indústria (Lopes, 2019).

Entre as décadas de 1970 e 1980, esse processo se intensificou com a abertura

de grandes rodovias, como a Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá–Santarém (BR-163), que facilitaram o acesso e a ocupação de novas áreas. A ocupação, dessa vez realizada ao longo das estradas, deu origem a um novo perfil social de pequenos produtores que se diferenciavam dos lavradores de várzea, os quais alguns estudiosos denominam de “campesinato das estradas” (Fernandes, Medeiros & Paulilo, 2009).

Em 1972, os primeiros colonos chegaram ao Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Itaituba, que também abrangia Santarém, resultando no assentamento de 1.554 famílias até o final de 1976. Além dos migrantes nordestinos, o projeto recebeu famílias de pequenos produtores de diferentes regiões do Brasil. Ao lado desses colonos oficiais, milhares de migrantes, principalmente do Maranhão, se dirigiram para a região em busca de terras. Esses colonos enfrentaram desafios importantes, especialmente à falta de apoio governamental e técnico. No início, dedicaram-se ao cultivo de arroz e outras culturas anuais, mas gradualmente começaram a plantar pimenta-do-reino e cacau, além de criar gado, enquanto iniciaram a construir suas histórias. (Fernandes, Medeiros & Paulilo, 2009).

Segundo Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009, p. 250):

A população rural de Santarém passou de 41.016 pessoas em 1950, para 60.536 em 1960, 73.499 em 1970 e 80.293 em 1980. A população urbana passou sucessivamente de 19.213 para 32.615, 61.616 e 111.657 em 1980, quando ultrapassou a população rural. Vale notar que parte da população classificada como urbana está voltada na realidade para as atividades rurais. Essa população é então concentrada no Planalto, no Lago Grande (várzea), na direção do Tapajós, na vizinhança de Santarém, e relativamente densa ao longo dos rios e da Transamazônica.

É importante destacar, contudo, que uma parcela significativa dessa população classificada como “urbana” nos censos do IBGE mantinha, na prática, modos de vida e atividades típicas do meio rural (Fernandes, Medeiros & Paulilo, 2009).

A partir da década de 1970, a região de Santarém passou uma experiência significativa de transformações, com um novo ciclo de desenvolvimento. Diversas redes técnicas começaram a ser instaladas, destacando-se a energia elétrica, que se tornaria a base para novas possibilidades econômicas. Um marco importante foi a inauguração da usina hidrelétrica de Curuá-una, em agosto de 1977, que chegou como um símbolo de progresso, acompanhado pela abertura da rodovia homônima, conectando a usina à cidade e seus anseios (Costa, 2015). Antes disso, a energia na região era fornecida por um gerador de apenas 160HP, cuja capacidade era

insuficiente e de baixa qualidade, dificultando a atração de investimentos. Era como se a luz que deveria iluminar o caminho do progresso estivesse constantemente apagada. Contudo, a nova usina trouxe uma mudança significativa, permitindo que a energia fluísse de forma confiável (Costa, 2015).

O processo de movimentação na região impulsionou os interesses do governo federal, que passou a investir na ocupação das terras amazônicas como parte de um ambicioso projeto de integração nacional. Essa estratégia materializou-se por meio da integração espacial, ou seja, da criação de conexões físicas e funcionais entre diferentes regiões do país, com destaque para a construção de rodovias, usinas de energia e expansão das redes de telecomunicações (Becker, 2005).

A BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), tornou-se um exemplo emblemático dessa política, funcionando como um eixo estruturante que integra economicamente e territorialmente a Amazônia ao restante do território nacional, ao mesmo tempo em que atrai investimentos, migrações e atividades produtivas para a região (Costa, 2015).

Essas transformações vão além da infraestrutura física; elas alteraram o padrão de organização do espaço amazônico. O rio, que anteriormente desempenhava um papel central, agora divide seu protagonismo com as estradas e demais estruturas. A urbanização na Amazônia revela a profundidade da intervenção estatal, que molda um novo paradigma de desenvolvimento urbano e fronteiriço. O governo, ao controlar a terra, incentivar a migração e oferecer incentivos fiscais, torna-se um agente ativo na reconfiguração da região, favorecendo a instalação de grandes empresas, tanto nacionais quanto multinacionais (Costa, 2015).

No entanto, à medida que Santarém se erguia como uma manifestação da fase urbano-industrial, os enclaves de habitação, portos e autoestradas introduzidos nas décadas de 1970 e 1980 gradualmente redesenharam a sua malha urbana. O século XXI trouxe consigo a exigência de um plano diretor, e em 2006, a cidade reservou uma vasta área para expansão urbana, absorvendo vilas antigas e assentamentos rurais, transformando-os em periferias da cidade-polo. Assim, o espaço metropolitano se alargava, englobando Belterra e Mojuí dos Campos, criando um arranjo regional que ressignificava essas localidades e se integrava ao fluxo de modernização (Cardoso, 2019).

Porém, o novo tecido urbano, por mais extenso e denso que fosse, ainda carregava as marcas da subordinação ao capital. A terra, moldada pela hegemonia

de interesses produtivos, foi se tornando palco de transformações. Regiões tradicionalmente ligadas a práticas sustentáveis cederam espaço à monocultura da soja, e à floresta, antes densa e vital, foi progressivamente convertida em expansões urbanas. Assim como na gênese de Santarém, em que a hegemonia portuguesa se impôs sobre as diversas matrizes culturais, o século XXI assistiu à subordinação de suas estruturas tradicionais à lógica impiedosa do capital (Cardoso, 2019).

A história da mancha urbana de Santarém revela uma subordinação histórica de diversas culturas às diretrizes superiores. Durante o período colonial, a expansão da cidade ocorreu à custa da expulsão dos povos indígenas, que foram relegados à floresta, enquanto o bairro da Aldeia emergia. No século XIX, o ciclo da borracha impulsionou a economia local e fortaleceu a cidade no circuito produtivo, culminando na proposta de um plano de expansão urbana em conformidade com a Lei de Terras de 1850 (Cardoso, 2015).

Esse plano, inspirado em modelos europeus, alterou a escala da cidade, a configuração das quadras e a largura das ruas, desconsiderando a relação intrínseca de Santarém com o rio e a floresta. Sua abrangência foi tal que, em apenas um século, a mancha urbana conseguiu preencher o espaço que havia sido previsto. Contudo, a execução desse plano foi marcada por falhas pontuais. O sistema de ruas foi simplificado e as praças suprimidas, o que possibilitou adaptações que respeitassem os conhecimentos das comunidades locais, mesmo que de forma implícita (Cardoso, 2019).

No contexto do capitalismo mercantil, a produção da cidade era direcionada para a metrópole, onde uma riqueza se concentrava. A escassez de recursos para investimento e o isolamento de Santarém, paradoxalmente, favoreceram essas adaptações, permitindo que a cidade se moldasse de acordo com suas realidades, ao mesmo tempo, em que lutava contra as imposições externas que buscavam reconfigurar esse cenário (Cardoso, 2019).

Além das mudanças econômicas, essa transformação esteve acompanhada por mudanças culturais e sociais. Os movimentos sociais como o messianismo, o banditismo, as ligas camponesas e os sindicatos rurais surgiram como expressões dessa transição, refletindo a transferência entre as tradições comunitárias e as novas demandas do capitalismo. O campo, assim, tornou-se um cenário de luta, onde práticas e valores antigos foram desafiados por um novo contexto econômico e social (Martins, 1980).

A atividade religiosa no Brasil frequentemente assume a forma de um protesto velado. Por trás da aparente resignação expressa nas rezas, procissões e movimentos messiânicos, esconde-se um descontentamento profundo com as duras condições de vida. Esse descontentamento, em momentos de maior crise, tende a se manifestar de maneira inesperada, revelando a fragilidade das esperanças em situações adversas (Martins, 1980).

O banditismo, por sua vez, surge como uma resposta direta à violência monopolizada pelos fazendeiros, evidenciando as relações de dominação em regiões onde o poder público é inexistente ou meramente simbólico. Nesse sentido, o banditismo reflete a honestidade e os conflitos entre os fazendeiros, além de ser uma expressão das reações da classe baixa às condições econômicas opressivas, tornando-se um aspecto social que, embora nascido da injustiça, muitas vezes se volta contra aqueles que o desempenho (Martins, 1980).

Assim, a Amazônia se transforma no foco das preocupações nacionais, tornando-se um cenário para uma política de integração e desenvolvimento regional. O Estado, nesse contexto, cria condições que favorecem a apropriação privada das terras devolutas por grupos com capital, estabelecendo um verdadeiro monopólio da terra. Além disso, programas de distribuição de terras são implementados em locais estratégicos para atrair população, contribuindo para o avanço de uma nova fronteira agrícola. Com a construção das estradas, esses novos fazendeiros são atraídos pelo baixo custo da terra e pelas promessas de um solo fértil para a produção de grãos, entre os quais a soja se destaca, especialmente na região do Baixo Amazonas, com investimentos privados sendo impulsionados pela intervenção estatal (Costa, 2015).

Nesse contexto, a liga camponesa e os sindicatos rurais emergem como respostas ao rompimento das relações tradicionais entre camponeses e fazendeiros. A liga, ao se formar, representa uma ocorrência à precariedade das condições econômicas e sociais enfrentadas pelos trabalhadores rurais. A luta pelas melhores condições de vida e trabalho torna-se uma necessidade urgente, especialmente num cenário em que os trabalhadores são frequentemente enganados, vivendo em um estado constante de instabilidade e dependência (Martins, 1980).

A liga camponesa, simboliza a resistência do trabalhador rural, não apenas busca reivindicar direitos, mas também luta por dignidade. Surge em meio à necessidade de uma voz coletiva, refletindo o desejo de um futuro melhor em um sistema que frequentemente os marginaliza. Assim, a liga camponesa representa a

força de um povo que, diante das dificuldades, não se deixa abater e continua sua busca por justiça e equidade (Martins, 1980).

A partir de meados da década de 1970, especialmente após a retomada do movimento grevista em 1978, o Brasil passou a vivenciar transformações profundas no universo do trabalho, na atuação sindical e na vida dos trabalhadores. Esse período foi marcado por uma luta mais ampla por direitos que ressoava em toda a sociedade. Os trabalhadores, através de seus sindicatos e movimentos sociais, começaram a se confrontar com o Estado, elevando suas reivindicações e buscando uma presença mais significativa tanto no contexto social quanto político. Essa nova dinâmica revelava um pedido por cidadania, uma recusa em aceitar a condição de meras engrenagens da “máquina” social. Em essência, esses atores sociais buscavam um espaço de voz e de atuação, demonstrando que não se conformariam com a subalternidade e lutariam por reconhecimento e dignidade (Oliveira e Ladosky, 2018).

Na década de 1970, os trabalhadores rurais de Santarém começaram a reagir às pressões e injustiças impostas pelas transformações no campo, dando início a um movimento de resistência. A trajetória de caboclos e colonos demonstra uma notável capacidade de luta e sobrevivência diante das adversidades. Segundo Bouchard (1997), as estruturas sociais precisam ser fecundadas pela vontade para que se produzam mudanças, e ainda há um caminho a percorrer para transformar essa capacidade em uma vontade coletiva.

Nos finais da década de 1970 e 1980, o movimento operário e sindical viveu um momento crucial em sua trajetória. Após o golpe de 1964, que restringiu severamente as ações do movimento – limitando-se a um trabalho silencioso nas fábricas e algumas tentativas esporádicas de resistência, um sindicalismo mais genuíno começou a emergir, reivindicando ao aumento dos ambientes para a representação das prioridades da classe trabalhadora, que se expandiam rapidamente (Ladosky, 2018).

Nesse contexto, a reemergência do movimento dos trabalhadores impactou profundamente as organizações políticas da transição do regime militar para um novo cenário civil. Esse sindicalismo não apenas se fez ouvir, mas também desafiou as forças que tentavam excluí-lo, atacando diretamente as políticas econômicas da ditadura (Ladosky, 2018).

Avanços significativos foram exercidos na busca pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado. O combate às estruturas que controlavam o

movimento, como o Imposto Sindical, foi um passo decisivo. Assim, formou-se um ambiente propício ao novo sindicalismo, que se mostrou forte e resistente mesmo diante das tendências regressivas que prevaleceram em contextos europeus e norte-americanos, onde o sindicalismo enfrentava sérios desafios (Antunes, 2015).

Em 1964, o Brasil possuía aproximadamente 2.000 sindicatos de trabalhadores, abrangendo assalariados urbanos, profissionais liberais, autônomos e trabalhadores avulsos. A sindicalização rural, proibida até 1960, experimentou um aumento expressivo a partir de 1961, com a criação de centenas de sindicatos rurais.

Entre 1960 e 1964, foram fundados 468 sindicatos rurais. Um novo período de expansão ocorreu entre 1970 e 1975, quando mais de 1.100 sindicatos foram criados. Em 1989, um ano após a determinação da nova Constituição Federal de 1988, o IBGE registrou mais de 6.600 sindicatos no total, sendo pouco mais de 3.100 deles sindicatos de trabalhadores urbanos (IBGE, 1991).

No cenário político da transição do fim da ditadura militar para um novo arranjo civil, a reemergência do movimento dos trabalhadores provocou uma forte melhoria nos arranjos políticos, desafiando a exclusão do movimento sindical e atacando diretamente as políticas econômicas da ditadura (Antunes, 2015).

Os avanços relatados foram divulgados na busca pela liberdade e autonomia dos sindicatos no que se refere ao Estado, com a oposição à estrutura vinculada ao governo e ao Imposto Sindical, que serviram como instrumentos de controle. Esse novo sindicalismo se destacou em um cenário que, apesar das tendências regressivas predominantes na Europa e nos Estados Unidos, favoreceu sua resistência (Antunes, 2015).

A inserção de plantas industriais modernas e sua concentração geográfica, um processo iniciado no final dos anos 1950, deu origem à chamada “nova classe operária”. A partir do golpe de 1964, elementos que contribuíram para a produção industrial começaram a se consolidar, expandindo significativamente o proletariado industrial no Brasil, especialmente no cinturão industrial automotivo e metalúrgico do ABC paulista, onde localizados estavam como grandes montadoras (Antunes, 2015). No final dos anos 1970, essa expansão da classe trabalhadora formou a importante base social do novo movimento sindical, conduzida por Luiz Inácio Lula da Silva. Sua influência se estendeu não apenas entre os metalúrgicos, mas também entre os funcionários públicos, assalariados rurais, e setores urbanos de classe média que estavam se “proletarizando”, como médicos e professores. Em 1964, houve um

aumento da classe trabalhadora comparado aos anos anteriores, isso se deve ao setor de serviços e a agricultura que geraram novos assalariados (Costa, 2015).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém foi fundado em 1971, recebendo o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho em 4 de dezembro de 1973. Nos primeiros cinco anos, sua direção esteve nas mãos de agentes do Estado, e nesse período, o país encontrava-se sob o regime militar. O sindicato, então, operava com uma abordagem assistencialista, focando essencialmente no Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado em 1971, cuja função era restar assistência médica e odontológica aos trabalhadores rurais. Esses serviços, embora imediatos, eram precários e não atendiam às necessidades estruturais dos trabalhadores, como a luta pela posse da terra e as políticas de reforma agrária (Medeiros, 1989; Lopes, 2019).

O reconhecimento do sindicato, em 1973, foi impulsionado por políticos ligados à ditadura, com destaque para a figura do coronel Jarbas Passarinho. O interesse era claro: manter o sindicato sob controle, desmoralizando-o e transformando-o em um instrumento de controle sobre o campesinato, estabelecendo assim currais políticos e eleitorais. As delegacias sindicais, por sua vez, encontravam-se em condições deploráveis e abandonadas, um reflexo da falta de atenção e apoio a que estavam submetidas, como mencionado no livro de Zé Geraldo, “Consciência, organização e luta” (Geraldo, 2003; Lopes, 2019).

Em 1977, um novo capítulo se abria com as eleições para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santarém. Originalmente, o STR havia sido criado como um instrumento de controle da ditadura, mas a resistência da Igreja e da Fase surgiu uma chapa de oposição, trazendo uma nova liderança. As comunidades se uniram em torno de ações práticas, como a compra coletiva de produtos, rompendo com a dependência dos comerciantes locais (Fernandes, Medeiros & Paulilo, 2009).

Nesse contexto, o que antes se apresentava como desespero começa a se metamorfosear em esperança, como um broto que rompe a terra em busca da luz, apesar das dificuldades. Essa esperança encontrou força institucional com o fortalecimento do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém. Ao longo do tempo, o sindicato consolidou-se como mais do que uma simples organização de classe, tornando-se um símbolo de resistência e organização para as populações rurais.

A atuação do STTR não se limita à questão agrária. Com o passar dos anos, ampliou seu campo de ação, abraçando causas sociais e integrando movimentos urbanos e rurais. Em 1979, foi lançado o informativo “Vai Lamparina”, instalado como um canal de comunicação entre os trabalhadores e iluminando os debates sobre resistência e justiça. No mesmo ano, a Corrente Sindical Lavradores Unidos foi criada, preparando o terreno para as eleições de 1980, que consagrariam a vitória de Pastana. Essa eleição foi mais do que uma conquista política; simbolizou a retomada do controle pelos lavradores sobre suas próprias narrativas e destinos (Geralgo, 2003).

Contudo, toda grande luta encontra resistências, e com o STTR não foi diferente. As elites locais, incomodadas com o crescimento do movimento sindical, intensificaram suas tentativas de repressão ao sindicato. As consequências não tardaram a surgir: perseguições, repressões e até prisões marcaram esse período. Geraldo Pastana e outros líderes foram acusados de crimes injustamente, e a repressão atingiu seu auge em 1982, com o assassinato do delegado sindical Avelino Ribeiro da Silva, morto por um grileiro. O impacto dessa perda foi profundo, revelando os riscos mortais enfrentados pelos que se dedicaram à causa (Geralgo, 2003).

Mesmo diante de tanta violência, o STTR manteve-se firme em seu propósito; em 1983, aliou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), compreendendo que, para alcançar mudanças mais amplas, seria necessário um engajamento político. A criação do Movimento de Organização Popular (MOP) também foi um marco importante nesse período, pois unificou as lutas do campo e da cidade em busca de direitos sociais e dignidade. A cada novo núcleo sindical que surge, o movimento se fortalece, como estrelas que se acendem em um céu antes obscuro pelas incertezas (Geralgo, 2003). Desde sua criação, o STTR de Santarém tem sido fundamental em significativas mudanças sociais no meio rural, principalmente na luta pela reforma agrária, pelo acesso a políticas públicas e pelo reconhecimento da agricultura familiar camponesa. Por meio de sua atuação, o sindicato ajudou a expandir a cidadania no campo, fortalecer as organizações de base e criar formas coletivas de resistência contra o crescimento do agronegócio e a deterioração das condições de trabalho rural.

Cada vitória alcançada pelo STTR, ao longo das décadas, representou não apenas uma conquista para o movimento, mas também um avanço no caminho rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. A história do sindicato, enfim, é a história de um povo que encontrou na unidade sua maior força, resistindo aos desafios e

superando obstáculos com determinação e coragem (Geralgo, 2003).

Enquanto isso, na Terra Firme do Ituí, 200 famílias que habitavam a região desde 1884 enfrentavam a ameaça da SA Agropastoril Boiúna Soboi, que tentava tomar suas terras. Os moradores, com o apoio do sindicato e da Fase, resistiram bravamente. A contratação de um advogado para defendê-los simbolizava a luta por dignidade e liberdade, mostrando que seu esforço estava além de suas propriedades (Fernandes, Medeiros & Paulilo, 2009).

A resistência dos moradores do Ituí, que poderia parecer uma revolta solitária, conectou-se às lutas em outras partes da Amazônia. O sonho de alcançar a “Terra prometida” na Transamazônica se transformou em um pesadelo, marcado pela fome, exploração e abandono. Entretanto, mesmo diante de tantas dificuldades, uma chama de esperança se recusava a se apagar. Assim, a luta do povo de Santarém e da Amazônia começou a se consolidar em uma jornada coletiva, uma resistência que se estendia por toda a região (Fernandes, Medeiros & Paulilo, 2009).

Em 1990, Santarém recebeu um projeto significativo, orçado em cerca de R\$ 250 milhões, para expandir a energia da hidrelétrica de Tucuruí para o oeste do Pará, abrangendo 12 municípios (Oliveira, 2021). O Sistema de Transmissão do Oeste do Pará (TRAMOESTE) teve como objetivo inicial levar energia a Altamira e, posteriormente, alcançou Rurópolis, Itaituba e Santarém, onde, até então, a energia era racionada, chegando a ficar indisponível por até 18 horas por dia. Essa situação limitou a implementação de grandes empreendimentos na área, criando um ambiente de incertezas (Costa, 2015).

Com a melhoria na oferta de energia, a região do Baixo Amazonas iniciou a vivenciar a expansão de novas lógicas econômicas, impulsionadas por políticas desenvolvimentistas. Essas políticas incentivaram o asfaltamento da rodovia federal Cuiabá-Santarém (BR-163), a instalação de grandes empresas multinacionais, como o porto da Cargill em 1999 e a consolidação em 2003. Além disso, a construção de usinas hidrelétricas ao longo do rio Tapajós e de seus principais afluentes, como o Jamanxim e o Teles Pires, alterou significativamente o cenário econômico e social da região, ao promover a infraestrutura necessária para a expansão de grandes empreendimentos e ao transformar os modos de vida das populações locais (Costa, 2015).

A resiliência das práticas tradicionais, sustentada pelas comunidades locais, atua como força de resistência às pressões externas. Através de esforços conjuntos

com setores governamentais e organizações não governamentais, novas formas de institucionalidade surgiram, concretizando a criação de unidades de conservação e assentamentos agroextrativistas. Essas áreas não preservam apenas elementos do ambiente natural, mas também conectam a população ao seu passado, evidenciando uma continuidade simbólica entre a terra e aqueles que dela dependem (Cardoso, 2019).

De acordo com Geraldo (2003), o sindicato renasceu das cinzas com a força dos próprios trabalhadores, que reconstruíram não só o prédio após o incêndio de 1984, mas também a esperança de dias melhores. A luta pela posse da terra e a busca por melhorias estruturais, como a reativação de ramos sindicais abandonados, tornaram-se eixos centrais de sua atuação, reforçando o sentimento coletivo de pertencimento e transformação.

Uma das campanhas de maior impacto promovida pelo STTR de Santarém ocorreu em 2005, sob o título “Não Abra Mão da Sua Terra”. Naquele período, o sindicato assumiu uma postura firme contra grandes projetos de exploração, como a expansão da soja no Planalto Santareno, que ameaçavam desestruturar as comunidades rurais e tradicionais da região. A campanha teve um forte caráter de alerta, denunciando o avanço predatório do agronegócio sobre os territórios da agricultura familiar. Paralelamente a essas lutas externas, o STTR também enfrentou disputas internas, como ocorreu em 1977, quando o “Grupo dos Trinta” tentou alterar a direção do sindicato. No entanto, a derrota desse grupo abriu caminho para a ascensão de Geraldo Pastana, que assumiu a liderança em 1980 (Geralgo, 2003).

A Constituição de 1988 trouxe mudanças significativas para o movimento sindical ao retirar o domínio do Ministério do Trabalho sobre a distribuição sindical, o que resultou na criação de mais de mil novas entidades sindicais entre 1988 e 1989, das quais 760 eram de assalariados urbanos. O número de sindicatos continuará a crescer nos anos seguintes. Em 1991, existiam cerca de 2.900 sindicatos rurais. No entanto, esse número era apenas uma estimativa, pois não havia registros exatos sobre quantos sindicatos haviam sido extintos ou incorporados a outros desde sua criação até o censo sindical daquele ano. Além disso, as informações divulgadas pelo IBGE nos Anuários Estatísticos não faziam distinção entre sindicatos urbanos e rurais. As informações mais divulgadas foram fornecidas pelo Censo Sindical de 2001 (Cardoso, 2019).

As oscilações dos governos de Geisel a Lula, em que as mudanças políticas e

econômicas se assemelham a um intrincado jogo estratégico. Cada fase — seja a luta pela liberdade, a busca pela democratização ou os apelos por produtividade e competitividade no mercado internacional — resultou em transformações nas relações de trabalho. A ascensão do governo Collor trouxe um novo foco que alterou a agenda sindical, diferenciando consideravelmente os anos 90 dos anos 80 (Ramalho, 2009).

A resistência camponesa na região de Santarém se consolidou como parte de um movimento mais amplo de luta por direitos e justiça social na Amazônia. A atuação conjunta da Igreja Católica, de organizações da sociedade civil e dos próprios trabalhadores rurais foi fundamental para transformar a realidade local, promovendo a organização política, o fortalecimento dos sindicatos e a defesa dos territórios frente à expansão do capital.

5. A ATUAÇÃO DO STTR DE SANTARÉM NOS PERÍODOS RECENTES

Este capítulo tem como objetivo analisar a atuação recente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém, com foco nos desafios enfrentados pela agricultura familiar camponesa no contexto regional do Baixo Amazonas. O recorte temporal se concentra nas duas últimas décadas, período em que o crescimento do agronegócio, especialmente a expansão da soja no Planalto Santareno, aumentou significativamente a pressão sobre as áreas tradicionais de reprodução social dos agricultores familiares.

Apesar das mudanças provocadas por esse avanço do capital no campo, o STTR de Santarém enfrenta diversas dificuldades, mas permanece fiel à sua origem: a defesa do trabalhador rural. A referida organização sindical possui uma trajetória marcada por lutas políticas, sociais e ambientais, cuja permanência e garantia de direitos dependem diretamente da atuação legítima do sindicato (Bentes, 2022).

No cenário atual, o sindicato se depara com restrições operacionais e obstáculos indicados pelos próprios membros do movimento social rural, como a escassa participação de famílias na administração e manutenção das Casas Familiares Rurais (CFRs). Porém, existem experiências positivas em que o STTR atua como um parceiro estratégico na promoção de opções para o desenvolvimento territorial, ajudando a fortalecer a agricultura familiar (Reis, 2025).

Nas últimas décadas, o agronegócio, principalmente a soja, tem crescido rapidamente no Planalto Santareno, impulsionado por incentivos fiscais e uma política de valorização das exportações de commodities. Esse progresso tem causado

mudanças significativas nos territórios de reprodução social dos agricultores familiares camponeses, afetando sistemas produtivos tradicionais e trazendo novos desafios para as estruturas comunitárias e de produção rural.

Nesse cenário, a agricultura familiar camponesa é obrigada a se adaptar para sobreviver às pressões impostas pelo modelo do agronegócio. É exatamente nesse contexto de tensões e transformações que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém desempenha um papel fundamental. O sindicato defende o território por meio de articulações com políticas públicas, como o PRONAF, buscando opções para preservar e reforçar a presença das famílias agricultoras, incentivando a produção familiar e a permanência no campo. (Leão, 2024).

As ações do STTR têm se mostrado fundamentais para garantir não apenas a sustentabilidade econômica da agricultura familiar, mas também a proteção de direitos básicos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como o acesso à terra, crédito, assistência técnica e condições dignas de vida. Ainda que existam muitos desafios, inclusive apontados por membros do próprio movimento sindical — como a baixa participação de famílias na gestão das Casas Familiares Rurais (CFRs) —, o sindicato segue como um agente ativo na mediação de conflitos e na busca por soluções coletivas. (Leão, 2024)

Esses são alguns dos casos atuais que demonstram a funcionalidade e a importância da intervenção do STTR de Santarém. Apesar das pressões econômicas e estruturais decorrentes do crescimento da soja, o papel do sindicato na proteção da agricultura familiar camponesa e na garantia dos direitos sociais, econômicos e ambientais dos trabalhadores rurais é indiscutível (Leão, 2024).

6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta e analisa trechos de entrevistas realizadas com duas lideranças fundamentais na trajetória do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR): Ivete Bastos, atual presidenta e referência na condução contemporânea da entidade, e Manoel Edivaldo Santos Matos, conhecido como Peixe, ex-presidente atuante em momentos-chave de mobilização no passado. As entrevistas revelam um amplo panorama das mudanças enfrentadas pelo sindicato ao longo de seus 50 anos de existência, desde sua origem como um movimento de base, construído pela oralidade, resistência e organização comunitária, até sua atuação

atual, marcada pela institucionalização, uso de tecnologias e ampliação de alianças. Por meio de suas falas, são abordados as conquistas históricas, os desafios enfrentados, a relação com o poder público, a importância da sucessão geracional e o papel do STTR na defesa dos territórios, das políticas públicas e da agricultura familiar no contexto amazônico.

As entrevistas com duas lideranças importantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém revelam uma trajetória de profunda transformação na atuação sindical ao longo das últimas décadas. Suas falas mostram que o STTR evoluiu de um movimento essencialmente mobilizador — fundado na oralidade, ou seja, na transmissão direta de saberes, decisões e estratégias por meio da fala em reuniões, assembleias e encontros comunitários, e na organização de base, construída a partir da articulação direta com as comunidades rurais, em um processo de fortalecimento coletivo e territorial — para uma entidade que hoje opera com maior institucionalização, articulação tecnológica e amplitude de alianças.

No início de sua atuação, o STTR cumpria um papel fundamental de “clarear as noites escuras”, como afirmou a atual presidente Ivete Bastos ao explicar o significado simbólico da lamparina, ícone do sindicato. Segundo ela, esse símbolo representava a luz que iluminava os momentos difíceis vividos pelos trabalhadores rurais, orientando-os na luta por seus direitos e na construção de uma identidade coletiva. O sindicato era, assim, a principal instância organizadora da identidade do trabalhador rural, enfrentando com coragem e criatividade o isolamento político e a ausência do Estado. Como relata o ex-presidente do STTR de Santarém: “os primeiros anos foram marcados por luta pela terra, resistência à grilagem e mobilização para garantir condições mínimas de sobrevivência”, atuação que se dava de forma direta, corpo a corpo com os trabalhadores, construindo espaços de escuta e formação política a partir das demandas emergentes das comunidades (Manoel Edivaldo Matos-Sr. Peixe, entrevista, 27.06. 2025).

Com o passar dos anos e diante das mudanças estruturais no campo brasileiro, o STTR teve de se adaptar. A sra. Ivete Bastos, que já foi presidente do Sindicato em outro momento, e atualmente é a presidente do mesmo, evidencia que o contexto atual é marcado por maior diversidade de organizações representativas (indígenas, quilombolas, associações de base), além de novas exigências tecnológicas e institucionais. O sindicato passou a compartilhar seu papel de liderança com outras

entidades, o que exigiu reposicionamento estratégico e construção de alianças para manter sua relevância.

Internamente, a estrutura do STTR também mudou significativamente. Se antes a diretoria era formada por pessoas com baixa escolaridade e pouco acesso à escrita, hoje há critérios mínimos de letramento e uso de tecnologias digitais, como destacou Ivete Bastos: “hoje quem vem já é um dos critérios que sejamos alfabetizados, que saiba ler e escrever, responder alguma coisa quando é necessário, e uso das ferramentas” (Ivete Bastos, entrevista, 27.06.2025). O sindicato passou a operar com sistemas informatizados, como na emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), ampliando a qualidade e a eficiência dos serviços prestados. A capacitação de jovens, o incentivo à digitalização e a adoção de ferramentas de comunicação (como WhatsApp, Instagram e rádio comunitária) marcam uma transição para uma nova geração de dirigentes e fortalecem a atuação do sindicato nos territórios.

As duas entrevistas convergem ao destacar que a comunicação direta com as comunidades permanece como pilar central, mesmo com o avanço das tecnologias. Reuniões presenciais, assembleias e formações continuam sendo instrumentos estratégicos de engajamento e mobilização, especialmente no apoio à construção dos protocolos de consulta dos povos originários, conforme previsto na Convenção 169 da OIT.

No campo das políticas públicas, tanto o Sr. Peixe quanto a Sra. Ivete Bastos, sublinham a importância da ação coletiva e da pressão popular. A atuação do sindicato foi muito importante em conquistas como a criação da Resex Tapajós-Arapiuns, do assentamento PAE Lago Grande e do Eixo Forte – resultados de um processo histórico de mobilização em defesa da terra e do território. A Marcha das Margaridas, por exemplo, é apontada por Ivete Bastos como um dos momentos de maior força política da mobilização das trabalhadoras rurais, com conquistas como o reconhecimento legal dos quintais produtivos.

Por outro lado, os desafios permanecem intensos. A precariedade das condições de acesso à água potável, infraestrutura rural, crédito agrícola e mecanização é constantemente denunciada pelo sindicato. A luta atual envolve também a valorização da produção agroecológica e o combate à criminalização dos agricultores familiares, especialmente em contextos de queima de áreas para plantio. Nesse sentido, a atuação do sindicato é dupla: de um lado, pressiona o poder público

por políticas estruturantes; de outro, forma, orienta e articula a base para resistir.

As alianças e parcerias se tornaram, nos tempos atuais, uma estratégia essencial. A Sra. Ivete Bastos destaca a atuação conjunta com entidades como a FASE, o Fundo DEMA, universidades (como a UFOPA), associações de mulheres, cooperativas como a ACOSPER, redes agroecológicas e assessorias jurídicas populares. Essas articulações permitem ampliar o alcance das ações, acessar editais, projetos e garantir maior visibilidade política às demandas dos trabalhadores rurais.

A conjuntura política nacional, especialmente a recente ascensão de forças conservadoras alinhadas ao agronegócio, é apontada por ambas as lideranças como uma ameaça real. As reformas legais e institucionais que flexibilizam o licenciamento ambiental, fragilizam a proteção dos territórios e reduzem o papel das organizações sociais afetam diretamente a sobrevivência dos sindicatos rurais. O período do governo Bolsonaro é lembrado como um dos mais difíceis, marcado por tentativas explícitas de desmonte das entidades sindicais e associativas.

Nesse cenário, a permanência do STTR depende, em grande parte, da capacidade de se reinventar. A necessidade de atrair a juventude para a luta sindical é percebida como urgente. A Sra. Ivete enfatiza que a sucessão geracional, aliada ao domínio das novas tecnologias e ao engajamento com pautas contemporâneas como a agroecologia e o enfrentamento das emergências climáticas, é o caminho para garantir a continuidade e a força do movimento.

O STTR de Santarém consolidou-se como um agente histórico de luta, com profundas raízes territoriais e sociais. Sua trajetória é marcada por conquistas concretas, como a atuação em processos de mobilização social que contribuíram para a criação de reservas extrativistas, assentamentos e políticas públicas específicas, sempre em articulação com as comunidades, movimentos sociais e outras instituições. Ao longo do tempo, o sindicato tem enfrentado desafios constantes diante das transformações políticas, econômicas e ambientais. As entrevistas evidenciam que, mesmo diante das adversidades, o sindicato segue como uma importante organização popular, lutando pela defesa de direitos e pela construção de alternativas sustentáveis para o campo amazônico.

As falas de Ivete Bastos e Manoel Edivaldo Santos Matos (“Peixe”) ressaltam que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) não é apenas uma instituição representativa, mas um agente histórico que acompanha e molda a vida das comunidades rurais. Desde sua origem, marcada por mobilização

de base, resistência e oralidade, até a atual fase de institucionalização e ampliação de alianças, o sindicato construiu uma trajetória de contínua adaptação às mudanças políticas, econômicas e tecnológicas.

O símbolo da lamparina, lembrado por Ivete Bastos como a força que “clarear as noites escuras”, sintetiza o papel do sindicato em momentos de isolamento político e ausência do Estado. Nesse sentido, a fala de “Peixe” sobre os “primeiros anos [...] marcados por luta pela terra, resistência à grilagem e mobilização para garantir condições mínimas de sobrevivência” revela a centralidade da ação direta, corpo a corpo, como forma de organização e formação política.

As mudanças no contexto rural e o surgimento de novas organizações representativas exigiram reposicionamento estratégico. Como destaca Ivete Bastos, atualmente “quem vem já é um dos critérios que sejamos alfabetizados [...] e uso das ferramentas”, apontando para a profissionalização e digitalização da gestão sindical. Essa transformação também está relacionada à maior capacidade de prestar serviços, como a emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), e ao fortalecimento de canais de comunicação, como redes sociais e rádios comunitárias.

Apesar dos avanços tecnológicos, a comunicação direta com as comunidades permanece como elemento estruturante. Reuniões, assembleias e processos de escuta coletiva, especialmente na construção de protocolos de consulta previstos na

Convenção 169 da OIT, mantêm o caráter participativo e mobilizador do sindicato. Essa presença no território foi decisiva para conquistas como a criação da Resex Tapajós-Arapiuns, do PAE Lago Grande e do Eixo Forte, além de mobilizações como a Marcha das Margaridas, que, segundo Ivete, resultou no reconhecimento legal dos quintais produtivos.

Por outro lado, as lideranças ressaltam desafios persistentes, como a falta de infraestrutura, acesso à água, crédito e mecanização, além da criminalização de agricultores familiares. A conjuntura política recente, especialmente durante o governo Bolsonaro, é vista como um período de ameaça, com tentativas de desmonte das organizações sindicais e afrouxamento de políticas ambientais e territoriais.

Nesse contexto, a sucessão geracional e a atração da juventude são apontadas como estratégias centrais para a continuidade do movimento. A articulação com entidades como a FASE, o Fundo DEMA, a UFOPA, associações e redes agroecológicas amplia a capacidade de resistência e a incidência política do sindicato. Assim, a história do STTR demonstra que sua permanência está vinculada à

habilidade de combinar raízes comunitárias com inovação tecnológica e ampliação de alianças, mantendo-se como um ator essencial na defesa dos direitos e na construção de alternativas sustentáveis para o campo amazônico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém é marcada por lutas, resistências e conquistas que refletem a complexa realidade do campesinato amazônico. Desde sua fundação, em 1971, o sindicato passou de uma entidade assistencialista, controlada por interesses estatais e políticos, para uma organização autônoma, combativa e comprometida com os direitos da agricultura familiar, da reforma agrária e da justiça social no campo. Este estudo busca compreender como o STTR enfrentou, ao longo de cinquenta anos, os desafios impostos pelas transformações sociais, políticas e econômicas da região, analisando seu papel histórico como representante legítimo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Santarém e sua atuação na construção de um sindicalismo rural engajado e resistente na Amazônia.

A análise histórica permitiu compreender como o STTR foi atravessado por distintos contextos políticos e econômicos — da ditadura militar à redemocratização, da expansão do capital agrário à chegada de grandes empreendimentos na Amazônia. Ao longo desse percurso, o sindicato se reconfigurou, ampliando sua base social, seu campo de atuação e seu papel político.

A mobilização das comunidades rurais, impulsionada por iniciativas de base, como a atuação das pastorais, das ONGs e de lideranças locais, foi fundamental para romper com a lógica de submissão imposta pelas elites agrárias e pelo Estado. A organização sindical, nesse contexto, representou um instrumento de resistência coletiva, dando voz e força aos trabalhadores do campo diante das adversidades históricas e estruturais.

As entrevistas com as duas lideranças sindicais, os dados históricos e a literatura consultada revelaram que o STTR de Santarém não é apenas uma instituição, mas um símbolo da luta por dignidade, cidadania e reconhecimento. Sua atuação consolidou a agricultura familiar como sujeito político e contribuiu significativamente para a construção de políticas públicas voltadas ao meio rural.

A história do STTR se confunde com a própria história das comunidades que representa, marcada por uma luta permanente que não se encerra, mas se reinventa

diante dos novos desafios impostos pelas transformações sociais, econômicas e ambientais da região amazônica. Reafirmar sua importância hoje é reafirmar o direito à terra, à organização e à vida digna no campo. Nesse sentido, pesquisas futuras podem investigar como o STTR tem se adaptado a essas mudanças, analisando as estratégias adotadas para fortalecer a luta pelo direito à terra e a organização comunitária, bem como o impacto dessas ações na melhoria da qualidade de vida no meio rural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Territórios e territorialidades: perspectivas multidisciplinares**. Manaus: UEA Edições, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/mutiro/article/download/250342/39287/197096>. Acesso em: 2 jun. 2025.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. **Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial**. Caderno Crh, v. 28, n. 75, p. 511-527, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/HYrfJQj6S3p4FFg584KTqvt/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2025.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71–86, jan./abr. 2005.

BENTES, Glez Rodrigues Freitas; COLARES, Anselmo Alencar. Casa Familiar Rural (CFR) de Santarém-Pará: práticas, resistência e luta emancipatória. **Revista Práxis Educacional**, v. 18, n. 49, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-26792022000100302&script=sci_arttext. Acesso em: 1 jul. 2023.

BOUCHARD, J.-P. **Uma chama na Amazônia**, 1997. Acesso em: 6 jul. 2023.

CAPITAL, O. **Crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio, 2006. Disponível em: https://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/78_MARX_Posfacio.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro**. Caderno CRH, v. 28, n. 75, p. 493-510, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/n7T4KCgy6HtkPpWDddGSSfH/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2023.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Serviço Social & Sociedade, p. 613-636, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XzjDStRDdJQGpLFBJPZCfQK/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2023.

COLETTI, Claudinei. Os sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais. **Revista Direitos Fundamentais**, v. 1, n. 2, p. 129-149, 2019. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitosFundamentais/article/view/1521>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA JÚNIOR, Clodoaldo Brandão et al. **A contrarreforma agrária no Brasil: análise da expulsão de camponeses dos assentamentos rurais da Paraíba**,

2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27104>. Acesso em: 1 maio 2023.

COSTA, Tatiane. **Urbanização e diversidade socioespacial no Baixo Amazonas: Santarém e a produção do urbano regional**. Ensaios de Geografia, v. 4, n. 7, p. 71-85, 2015. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/cc17/3d549021fb7054a66fb724e73a4f92429a45.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2023.

CURA, L. I.; CRUZ, E. P.; LIMA, R. S. **Breve história do sindicalismo no Brasil**, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/335055010.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

DE ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Crise econômica & interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80**. Edusp, 1996.

DE ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Editora Atlas, 2010. Acesso em: 15 jun. 2023.

DE OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. landé Editorial, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/36698717/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.

DIEESE. **A importância da organização sindical dos trabalhadores**. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano; DE MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução**. Cortez Editora, 2016.

GERALDO, J. **Organização, consciência e luta**. Santarém, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyElzmkC&oi=fnd&pg=PA5&dq=GERHARDT,+T.+E.,+%26+SILVEIRA,+D.+T.+\(2009\).+Métodos+de+pesquisa.&ots=94ReZ3orJJ&sig=dUrEYv2NQ_73AerbwBgzfA7Pb34](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyElzmkC&oi=fnd&pg=PA5&dq=GERHARDT,+T.+E.,+%26+SILVEIRA,+D.+T.+(2009).+Métodos+de+pesquisa.&ots=94ReZ3orJJ&sig=dUrEYv2NQ_73AerbwBgzfA7Pb34). Acesso em: 15 jun. 2023.

GOMES, Taynara do Vale; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **Santarém: o ponto de partida para o (ou de retorno) urbano utopia**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, p. e20170219, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/HLPXb4yJLqLpmbhq6QKjTPK/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 5 jul. 2023.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação**, Pesquisa e Inclusão, v. 2, n. 0, 16 dez. 2021.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. 2007.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabulação dos microdados da Pesquisa Sindical 1991**. IBGE, 1991. Acesso em: 15 jul. 2023.

JÚNIOR, Armando Boito. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 1998. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/135222>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jácome. **A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades**. Tempo Social, São Paulo, v. 30, n. 1, jan./abr. 2018. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2018.138079.

LEÃO, Sandro Augusto Viégas et al. **Transformações nos sistemas alimentares descentralizados e a soberania, segurança alimentar e nutricional em Santarém/Pará**. Cadernos de Agroecologia, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8986>. Acesso em: 1 jul. 2023.

LOPES, W. V. **O filme Lamparina e o movimento Corrente Sindical Lavradores Unidos de Santarém-PA (1970-1980)**, 2019. Acesso em: 10 jul. 2023.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**. Estudos Avançados, v. 19, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pstJcmXTJKSNGRYZNLPWhsN/?lang=pt>. Acesso em: 1 maio 2023.

MAGALHÃES, M. das G. S. D. **Amazônia, o extrativismo vegetal no Sul de Roraima: 1943-1988**. Boa Vista: EdUFRR, 2008.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978.7

MARTINS, J. d. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1980. Acesso em: 10 de julho. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladímir I. **Manifesto Comunista / Teses de abril**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MATOS, Mariana Ribeiro de. **Políticas de desenvolvimento e povos tradicionais na Amazônia: um estudo sobre a comunidade remanescente de**

quilombo Grotão quanto aos impactos da chegada do eucalipto. 2018. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1648>. Acesso em: 10 de maio. 2023.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. História dos movimentos sociais no campo. **(No Title)**, 1989. Disponível em: <https://cir.nii.ac.jp/crid/1130000795975490048>. Acesso em: 10 de julho. 2023.

MÉSZÁROS, István; CASTANHEIRA, Paulo Cezar. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, L. D. **O crescimento urbano em Santarém: desafios e perspectivas.** São Paulo, 2008.

PEREIRA, José Carlos Matos. Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA). Belém: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido / NAEA / UFPA, 2004.

PINTO, A. P. A nova Lei de Greve: comentários à Lei nº 7.783/89. São Paulo: LTR, 1990.

RAMALHO, J. R. **Análise dos vinte anos da Constituição de 1988: disputa e consagração de direitos sociais e do trabalho**, 2009. p. 149. Acesso em: 15 de julho. 2023.

RAMALHO, J. R. **Lutas e conquistas: o sindicalismo na ditadura militar.** JKL, 2018.

RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; RODRIGUES, Iram Jácome. **Mudanças na legislação trabalhista, sindicato e empresas multinacionais.** Caderno CRH, v. 32, n. 86, p. 343-359, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/WshQjd6mPYtgVZRwxSxvwGK/>. Acesso em: 17 de junho. 2023.

REIS, A. C. F. **Santarém: seu desenvolvimento histórico.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

REIS, A. **Metodologia da pesquisa científica: fundamentos e técnicas de elaboração.** [S.l.]: [s.n.], 2012. Acesso em: 15 jun. 2023.

REIS, Ana Beatriz Oliveira. A voz e o olhar dos sujeitos coletivos de Santarém-PA: reflexões sobre os limites e as possibilidades da luta pelo direito à cidade. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, 2025. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1844>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. Passado, presente e tendências para o futuro das lutas sindicais no Brasil. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 1, p. 166-175, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8bKvZPJkDDzWMqxxs3H4hP/?lang=pt>. Acesso

em: 15 jun. 2023.

SANTARÉM. Sessão especial da Câmara comemora 50 anos do STTR de Santarém. **Câmara Municipal de Santarém**, 2023. Disponível em: <https://santarem.pa.leg.br/sessao-especial-da-camara-comemora-50-anos-do-sttr-santarem>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SILVA, Fábio Carlos da; RAVENA, Nirvia (org.). **Formação institucional da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPa, 2015. 607 p. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v. 1). ISBN 978-85-7143-128-7.

TOURINHO, P. **Santarém: história e urbanização**. São Paulo, 2011. Acesso em: 1 jul. 2023.